

O direito a receber sem contrapartida

Viver como um rentista foi sempre privilégio de poucos. Mas se considerarmos que todos somos coproprietários da riqueza nacional, teríamos direito a receber uma renda periódica, que garantisse a nossa autonomia e subsistência. Este é o objetivo da renda básica, uma ideia formulada pela primeira vez no final do século XVIII e que regressa agora, em parte pelo receio de que os robots deixem sem emprego muitos trabalhadores pouco qualificados.

Contar com uma rede de segurança perante o desemprego ou a deficiência está na base do Estado social dos nossos dias. Mas a renda básica é diferente de outros mecanismos de solidariedade. Segundo a definição de um dos seus defensores, Philippe Van Parijs, uma renda básica é “um rendimento conferido por uma comunidade política a todos os seus membros, numa base individual, sem controlo de recursos nem exigências de contrapartida” (Philippe Van Parijs e Yannick Vanderborght. “La renta básica”. Ariel, Barcelona; 2015; 171 págs.).

Para todos e cada um

É um rendimento em dinheiro, entregue periodicamente (mensal, anual) que cada um pode gastar como e quando preferir. É diferente dos bens em espécie que o Estado costuma proporcionar, como a saúde ou o ensino gratuito.

Esta renda básica seria concedida a todos os membros da comunidade, sem distinção: pobres e ricos, no ativo e desempregados, profissionais diligentes e alérgicos ao trabalho, donas de casa e reformados... Na maioria das propostas, a renda básica é reservada aos cidadãos adultos, embora algumas atribuam aos menores uma importância reduzida.

Diversamente de outros dispositivos de transferências, a renda básica é concedida ao indivíduo, não ao lar ou à família, pois o seu objetivo é promover a liberdade da pessoa.

Sem condições

A renda básica também é independente das necessidades e do nível de rendimento do beneficiário. Teria direito a ela tanto o *homeless* como Amancio Ortega (dono da Inditex, o homem mais rico do mundo segundo a “Forbes” em 2015).

Muito menos exige contrapartidas. O recetor não tem de se comprometer a procurar trabalho nem a receber formação profissional, nem a gastar a sua importância em determinados bens, ou a trabalhar no serviço da comunidade.

Consoante as diversas propostas, a renda básica pode ser complementar ou substitutiva de outras transferências do Estado. Para a grande maioria dos seus defensores, seria complementar de outras prestações (saúde, educação, subsídios familiares, deficiência, etc.). Para outros, deveria substituir todas ou a maior parte destas outras transferências.

Aqui influi a diversa procedência ideológica dos defensores da renda básica. Os seus defensores libertários advogam-na como o mecanismo menos prejudicial e intrusivo com o qual o Estado pode transferir riqueza de cidadãos para outros. Por exemplo, Charles Murray, um crítico liberal do atual Estado Providência, defende a substituição de todas as transferências atuais do governo dos EUA (pensões, educação, saúde...) por uma renda básica de 13 000 dólares para todo o maior de 21 anos (3000 dólares seriam dedicados obrigatoriamente a um seguro de saúde) (ver [“The Wall Street Journal”, 3.6.2016](#)).

Pelo contrário, para os de esquerda – desde Thomas Paine no século XVIII – trata-se de um modo de favorecer a igualdade e de lutar contra a pobreza, pelo que a consideram compatível com outras transferências sociais.

Vantagens na luta contra a pobreza

Do ponto de vista da luta contra a pobreza, tem de se ver se a renda básica permite alcançar melhor esse objetivo do que outros mecanismos convencionais já existentes de rendimentos mínimos.

Temos, entre outros, o rendimento mínimo de inserção, que é entregue aos que não alcançam um determinado nível de rendimento, para garantir assim a sua subsistência. Em troca, têm de aceitar uma série de exigências na procura de emprego. Em Espanha, os desempregados que esgotaram o subsídio de desemprego podem receber uma ajuda de 400 euros mensais (em Portugal, há o subsídio social de desemprego oscilando de 335 a 419 euros).

Outro sistema de ajuda são os chamados créditos fiscais (como o “Earned Income Tax Credit” nos EUA). Com esta fórmula, o Estado atribui um subsídio adicional como uma percentagem do salário do trabalhador até que obtenha um certo nível de rendimento. Mas é preciso ter um emprego.

Numa perspetiva liberal, Milton Friedman propôs em “Capitalism and Freedom” (1962) um modo de lutar contra a pobreza mediante um imposto negativo sobre o rendimento. Fixado um limiar mínimo de rendimentos, as famílias que não o alcançassem teriam um desconto negativo no imposto, isto é, o direito a cobrar da Fazenda Pública uma quantia de acordo com o seu rendimento.

Perante estes e outros mecanismos de solidariedade, os defensores da renda básica pensam que a sua fórmula tem uma série de vantagens. Em primeiro lugar, por ser uma renda para todos, não exigiria o complexo e invasivo controlo burocrático para determinar quem necessita da ajuda, o que dá origem a corrupção e paternalismo. Também não tem o estigma associado aos programas exclusivos para pobres. Além disso, evita cair na armadilha do desemprego, pela qual os beneficiários não têm incentivos para aceitar empregos de baixos salários, porque perderiam o seu direito à prestação e a sua situação final pouco melhoraria; pelo contrário, com a renda básica, qualquer rendimento salarial adicional melhora a situação do recetor

Um custo assumível?

Em última análise, o que distingue a renda básica de outros mecanismos de luta contra a pobreza é o seu caráter universal e incondicional. Mas também estas mesmas características podem fazer com que tenha um custo difícil de assumir e que os mais necessitados acabem por receber menos do que agora.

Os seus defensores, como o social-democrata Van Parijs, afirmam que a ideia de renda básica não implica que deva cobrir as necessidades básicas fundamentais: o seu montante pode ser menor. Mas muitas propostas tomam como ponto de referência o limiar de pobreza, pelo menos como objetivo a longo prazo. Segundo o critério da União Europeia, esse limiar situa-se nos 60 % da mediana dos rendimentos da população. Para uma pessoa sozinha em Espanha, por exemplo, esse limiar equivalia a 7961 euros anuais (663 euros mensais) em 2014. Em Portugal, em 2015, era de 4937 euros anuais (411 euros mensais).

Mas mesmo para oferecer uma renda básica modesta, ter-se-ia de aumentar bastante a pressão fiscal. Nos EUA, calcula-se que para pagar uma renda básica de 10 000 dólares por ano, a parte dos impostos em relação ao PIB deveria subir dos 26 % atuais para 35 %, como na Alemanha, o que implicaria, além disso, substituir os restantes programas do Estado Providência.

No caso da Espanha, num livro de título inequívoco, “Contra la renta básica” (Deusto, Barcelona; 2015, 474 págs.), o professor de economia Juan Ramón Rallo calcula que, para uma população de 46,5 milhões de pessoas, se se proporcionasse uma renda básica de 6000 euros anuais para adultos e 1200 para menores, o custo total seria de 239 000 milhões (isto é, 23 % do PIB). Para efeitos comparativos, as pensões de reforma significam hoje 10 % do PIB e observa-se com receio que possam subir para 14 % em 2050.

Os defensores da renda básica costumam alegar que o seu custo real é menor, pois haveria que descontar aquela parte da despesa pública atual que fique coberta pela renda básica. Por exemplo, se uma pessoa recebe um subsídio de desemprego de 12 000 euros anuais, e a renda básica é de 6000 euros, passaria a receber 6000 do subsídio de desemprego. Mesmo tendo em conta esta baixa, Juan Ramón Rallo estima que num país como Espanha, seria necessário que viesse a haver um financiamento adicional de 205 000 milhões de euros.

Não parece realista pensar que este financiamento possa ser conseguido cobrando apenas mais impostos aos mais ricos. A julgar pela experiência dos países nórdicos com Estados Providência mais generosos, ter-se-ia de aumentar a fatura fiscal de quase todos. Por isso, as propostas de renda básica costumam combinar a redução de algumas parcelas da despesa pública e o aumento da cobrança de impostos para níveis escandinavos.

Os que podem perder

Mas, como muita da despesa social atual está centrada na ajuda a grupos populacionais minoritários mais frágeis (deficientes, boseiros, lares em risco de pobreza...), a supressão destas ajudas poderia deixá-los em pior situação. Por isso, alguns autores referem que se a renda básica substituisse os programas de ajuda social, seria como tirar dinheiro destinado aos pobres para o redistribuir entre todos, necessitados ou não.

Outros autores, pelo contrário, defendem que o facto da renda básica ser universal faria dela um bom instrumento contra a pobreza. Rutger Bregman, autor de “Utopia for Realists”, pensa que “as pessoas estão mais dispostas à solidariedade quando há um benefício pessoal. Quanto mais tivermos a ganhar do Estado Providência a minha família, os meus amigos, mais inclinados estaremos para contribuir. Logicamente, uma renda universal, incondicional, teria também a mais ampla base de apoio” (entrevista em gawker.com, 15.4.2016).

Mas o facto da renda básica ser universal não significa que todos venham a ganhar com isso, pois como em última análise se paga com impostos, alguns terão de contribuir com mais do que recebem. E os que mais sairiam a perder seriam os pensionistas, pois a renda básica seria inferior à maioria das pensões. E que governante se atreverá a alienar o apoio dos pensionistas?

Que trabalhem os robots

Surpreende que quando muitos países têm dificuldades para financiar o Estado Providência e lutam para reduzir o défice público, a ideia da renda básica tenha sido reatada. A popularidade nalguns setores explicase por encararem a renda básica como resposta ao risco das novas tecnologias irem deixar sem emprego muitos trabalhadores menos qualificados. O declínio das taxas de emprego e a estagnação salarial nos países industrializados manifestariam este fenómeno.

O emprego já não garantiria um poder de compra suficiente. De facto, pode acontecer a [pobreza com emprego](#) (“Aceprensa”, 13.5.2015). Perante este problema, a renda básica pode ser entendida como um modo da sociedade assumir uma parte da remuneração dos trabalhadores. No entanto, os sindicatos veem com desconfiança a renda básica. Receiam que sirva para reduzir ou abolir o salário mínimo legal, e que substitua outros mecanismos de proteção social.

De qualquer forma, a ideia de que num mundo de *robots* e de inteligência artificial o emprego se reduzirá é mais um receio para o futuro do que uma realidade no presente. Historicamente, o desenvolvimento tecnológico criou sempre mais emprego do que destruiu, e está para se ver que desta vez seja diferente. Um [documento de trabalho](#) recentemente publicado pela OCDE sobre tarefas em risco de desaparecer devido à automatização, concluía que somente 9 % dos empregos em 21 países da organização corriam um alto risco.

Aquilo que alguns receiam é que com a renda, muitos dos recetores deixem de trabalhar e se dediquem a viver da renda estatal, juntando as dos diversos membros da família. É verdade que, em geral, o montante previsível da renda básica não daria para viver ao nível atual da maioria das pessoas.

Mas, sem chegar ao desemprego voluntário, pode levar a que se trabalhe menos. Como a renda básica implica um aumento de rendimentos pessoais independentemente do tempo que se trabalhe, é de esperar um aumento da procura de lazer.

Repercussão nos recetores

A evidência empírica sobre algumas experiências deste estilo realizadas nos EUA com o imposto negativo sobre o rendimento, mostrou uma redução das horas trabalhadas, não por um abandono absoluto do mercado de trabalho, mas pela redução da jornada laboral e, sobretudo, pelo aumento do tempo que as pessoas permaneciam desempregadas.

Ao receio de subsidiar o preguiçoso, os defensores da renda básica respondem que o que provocará é dar mais oportunidades de escolher um trabalho com sentido. Remediará a injustiça das pessoas que fazem um trabalho valioso, mas não remunerado (como cuidar de crianças e idosos). E, ao proporcionar mais poder de negociação, elevará os salários de profissões com baixas remunerações (limpeza, enfermagem, docência...) mas importantes.

O indiscutível é que a renda básica desvincula o rendimento do trabalho, e o subsídio da necessidade. Por isso, nas palavras de Juan Ramón Rallo, “se determinados cidadãos obtêm rendimentos sem produzir nada é porque, em última análise, se apropriam da produção que outros cidadãos geraram (...) Por outras palavras, a distribuição da produção deixa de se basear em relações de intercâmbios recíprocos e mutuamente benéficos, para passar a fundamentar-se em relações unilaterais de parasitismo”.

Por outro lado, os próprios defensores da renda básica reconhecem que, para que fosse viável, haveria que restringir a imigração. Van Parijs deteta aí um “cruel conflito” entre a solidariedade com os que acorrem às nossas portas e a devida aos mais vulneráveis da população nacional. Por isso, adverte que a renda básica só poderá sê-lo de forma efetiva se se impedir a entrada dos potenciais beneficiários líquidos estrangeiros. Outra possibilidade seria reservá-la aos nacionais, mas isto seria injusto com os imigrantes que teriam de pagar impostos sem gozar deste benefício.

De momento, a renda básica movimenta-se no terreno do ideal. Em tempos de bonança económica poderia parecer mais exequível. Mas numa época de fraco crescimento, de défice orçamental e de envelhecimento da população, qualquer iniciativa que aumente a despesa e desestimule o trabalho é vista com suspeita.

I.A.

Renda básica: concretizou-se nalgum sítio?

consoante as contrapartidas exigidas (desde nenhuma a voluntariado). E, ao fim de dois anos, ver-se-á que fórmula funcionou melhor.

As iniciativas de renda básica reduzem-se por agora a algumas experiências com populações reduzidas e em zonas pobres, que não foram avaliadas com rigor científico.

O único sistema de renda básica que tem vindo a funcionar é o estabelecido no **Alaska** em 1982. Mas neste caso não se trata de uma renda financiada com impostos, mas de repartir entre os cidadãos os lucros da exploração do campo de petróleo – o maior da América do Norte – descoberto em meados da década de 70. Para gerir essa riqueza, não só a favor da geração atual, como também das futuras, foi criado um Fundo, que distribui um dividendo anual. Este dividendo baseia-se no rendimento médio do Fundo, ao longo dos últimos cinco anos.

O montante do dividendo passou de 300 dólares por pessoa e ano em 1982, para 2072 dólares em 2015, com oscilações consoante os anos (por exemplo, em 2013 foram 900 dólares). O dividendo é atribuído por igual a todas as pessoas que estejam a viver pelo menos um ano no estado.

Na **Suíça**, em 5 de junho último, os votantes rejeitaram em massa uma iniciativa popular que propunha uma renda básica mensal de 2250 euros. O plano previa substituir total ou parcialmente o que as pessoas obtêm através de outras prestações sociais. O governo suíço tinha desaconselhado a iniciativa, alegando que seria dispendiosa, enfraqueceria a economia e iria desencorajar o trabalho.

Mais interesse despertou o caso da **Finlândia**, onde a iniciativa provém do próprio governo num país com um generoso Estado Providência. De momento, a única coisa que anunciou o governo de centro-direita é uma “experiência” pilotada pela agência de Segurança Social.

A experiência vai avaliar as consequências de dar uma renda básica a determinados grupos populacionais, para comprovar o custo e ver a possibilidade de a alargar a todos. A experiência admite diversas opções. Uma seria oferecer uma renda suficientemente alta, em substituição dos restantes benefícios sociais. A segunda seria uma renda parcial, que substituiria apenas algumas prestações básicas. Uma terceira opção seria um imposto negativo sobre o rendimento. A experiência vai ser iniciada em 2017.

Como a Finlândia é um país rico, o objetivo de uma renda básica não é tanto a luta contra a pobreza, como conseguir um gasto social mais eficiente. Pode dar uma pista das intenções do governo o facto de desde a sua chegada ao poder em abril de 2015, ter cortado nos gastos em saúde, educação e outras prestações sociais.

Na **Holanda**, também se prevê fazer uma experiência de pequena escala em Utrecht. A partir de 2017, 250 cidadãos, que agora vivem de subsídios sociais, passarão a receber 960 euros mensais. Os beneficiários serão divididos em seis grupos,